













## Segurança humana: um conceito válido ainda?

O conceito de segurança humana (SH) foi introduzido no início dos anos 90 como um novo paradigma centrado na segurança das pessoas em detrimento da segurança dos Estados. Apesar de a sua difusão ter sido facilitada pelo final da Guerra Fria, a formulação deste paradigma resultou da evolução, durante as décadas anteriores, no âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento, com a conceptualização do desenvolvimento humano, e dos estudos da segurança, com o questionamento da visão clássica da segurança nacional, estatocêntrica e militar.

Depois da sua formulação pelo PNUD, em 1994, que interpretou a segurança humana como a condição necessária para alcançar o desenvolvimento humano (e vice-versa), o conceito foi bem recebido. Por um lado, materializava a confluência de duas disciplinas tradicionalmente separadas, a do desenvolvimento e a da segurança, algo compreensível tendo em conta que as causas de muitas guerras começaram a ser percebidas como tendo origem na pobreza e no subdesenvolvimento. Por outro lado, a segurança humana apresentava características normativas, progressistas e transformadoras. O facto de se centrar na segurança das pessoas, individual e colectivamente, e não na segurança dos Estados, pressupôs uma mudança importante de paradigma, dando prioridade aos direitos, as liberdades e o bem-estar daqueles, por oposição aos princípios clássicos das relações internacionais, tais como o interesse nacional, a segurança do Estado e as relações internacionais de poder. De acordo com esta perspectiva, a segurança humana não podia ser alcançada através da confrontação geopolítica e/ou armada, mas sim através de políticas públicas assentes num contrato social básico, mediante o qual o Estado fosse capaz de assegurar o bem-estar e os direitos humanos (incluindo os socio-económicos), e, a nível internacional, através da cooperação

multilateral e da prevenção. O pensamento sobre segurança humana cedo se fragmentou em dois focos distintos. Por um lado, a concepção abrangente, coincidente com a formulação inicial do PNUD e defendido pelo Japão, que dá prioridade à liberdade face às necessidades (*freedom from want*), isto é, a satisfação do desenvolvimento humano e de um certo nível de bem-estar (segurança económica, sanitária, alimentar, ambiental, etc.). Por outro lado, posteriormente, emergiu um foco mais estreito, apadrinhado pelo Canadá, que tende a priorizar a “liberdade face às ameaças” (*freedom from fear*), ou seja, a protecção face à violência física, principalmente em contextos de conflito armado.

Os defensores desta segunda visão argumentam que o foco abrangente inclui demasiados elementos e que por isso é impreciso e difícil de medir, e que tem pouca utilidade analítica e reivindicativa. Assim sendo, defendem a adopção de uma definição mais restrita e operativa. Contudo, vale a pena sublinhar que estas possíveis deficiências não são inerentes ao conceito de segurança humana em si: o desenho de indicadores de medição trata-se de uma dificuldade técnica superável, sendo que a sua operacionalidade depende da vontade política.

De qualquer forma, ao longo da última década, a versão mais estreita de SH tem ganho maior peso. Deste modo, se no conceito inicial de segurança humana se verificava um equilíbrio entre os dois elementos, a segurança física perante as ameaças e o desenvolvimento, com o tempo este último tem perdido terreno. Entendemos que tal supõe um certo retrocesso relativamente a um dos contributos iniciais da segurança humana, a saber, a ideia de que a segurança das pessoas não se encontra ameaçada apenas pela violência, mas também por outro tipo de ameaças, como as dirigidas à sua subsistência (como a miséria

Estudos sobre  
a P@X

ou as epidemias). Igualmente, em última análise, o foco estreito da segurança humana supõe a erosão do potencial transformador da segurança humana, ao desgastar o seu vínculo com os direitos económicos, sociais e culturais, que constituem a principal justificação para as políticas públicas de bem-estar.

Além disso, como assinalam alguns autores, nos últimos anos tem vindo a constatar-se uma certa cooptação e distorção do conceito de segurança humana por parte das potências ocidentais, com o propósito de colocá-lo ao serviço das suas políticas externas. No âmbito do foco restrito, tem vindo a considerar-se que os Estados têm a “obrigação de proteger” os seus cidadãos e que o incumprimento desta premissa pode justificar uma intervenção coerciva por parte da comunidade internacional. Ainda que esta evolução teórica encerre aspectos positivos (nomeadamente a relativização da soberania e a universalização dos direitos humanos), muitos temem que a segurança humana se esteja a tornar num novo instrumento normativo de governação global ao serviço do Ocidente, visando gerir e controlar os contextos de caos e crise nos países da periferia do sistema internacional a partir de uma agenda neoliberal.

Tendo em conta os aspectos referidos anteriormente, importa perguntar se o paradigma da segurança humana permanece útil nos dias de hoje. Na minha opinião, e não obstante reconhecer as suas limitações e riscos, este conceito continua a encerrar um potencial importante, quer em termos analíticos, quer em termos de transformação social. O seu foco amplo, em particular, permite sustentar análises capazes de questionar as instituições e políticas internacionais, inspiradas no paradigma neoliberal, e apurar as suas responsabilidades no que diz respeito ao aumento das desigualdades e inseguranças humanas. Contudo, para desenvolver e

cumprir o seu potencial, é necessário aprofundar a investigação sobre os seus conteúdos teóricos e práticos, explorando, por exemplo, os seus vínculos com outras categorias analíticas (género, direitos humanos, desenvolvimento humano, etc.) a fim de precisar melhor os seus conteúdos. Neste sentido, o desenho de indicadores de medição adequados será igualmente importante, dotando este paradigma de maior credibilidade e operacionalidade.

*Karlos Pérez de Armiño*

Professor de Relações Internacionais da Universidade do País Basco e investigador do HEGOA-Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional.

Estudos sobre  
a P@X



## Conceito e políticas de Segurança humana: uma leitura crítica

Introduzida em 1994 pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 1994), a perspectiva da Segurança humana (SH) parece hoje ter-se tornado numa referência normativa central nas Relações Internacionais e agenda política da governação global. No entanto, o conceito de SH permanece um conceito muito disputado académica e politicamente (cf. por ex., Paris, 2001; Prezelj, 2008; Oberleitner, 2005). E, infelizmente, nesta, como noutras questões, observa-se uma clivagem entre o debate académico e os círculos políticos, na Europa, mas também na América (Waever, 2004: 17-18).

Os proponentes da SH abrangem programas inter-governamentais de estruturas multilaterais globais (PNUD), estruturas regionais (UE), agendas de política externa de poderes médios (Canadá; Noruega, Japão, Human Security Network) e ONG internacionais. Mas também estes apresentam diferentes noções de segurança humana (veja-se por exemplo as críticas europeias à política de Bush contra o terrorismo, considerada uma distorção da SH).

Em geral, todavia, os defensores da SH realçam, como vantagens desta perspectiva: o seu foco no indivíduo, em vez do Estado; uma ética de responsabilidade para com o outro distante; a promoção de valores universais que articulam as ideias de *freedom from want* e *freedom from fear*, numa perspectiva compreensiva e multi-níveis de segurança, alegadamente mais adequada ao contexto de pós Guerra Fria e de globalização; o fomento dum cosmopolitismo global, através do multilateralismo e do direito internacional; a capacitação dos indivíduos sobre os quais as políticas de SH incidem; a participação dos actores não estatais neste processo; a construção da paz (*peace-building*) e reconciliação por meio de intervenção internacional externa, supostamente, limitada no tempo, nas situações de pós-conflito e “Estados falhados” (Oberleitner, 2005; Kaldor, 1999).

Estas são as promessas da perspectiva da SH, que, em geral, têm ficado por cumprir, em grande parte porque os problemas estão nos fundamentos da SH.

Uma das críticas apontadas à SH incide na promessa do cosmopolitismo global e passa pela desconstrução das *forces for good* dos poderes médios, imagem que mascara o lado hegemónico da SH (Rosamond e Moore, 2008). Esta surge afinal como uma *assemblage of governance*, que actua, através de dispositivos biopolíticos na esfera humanitária e nas operações de mudança de regime, *peace-building* e *state-building* nos “Estados Falhados” (Duffield, 2004; Duffield e Waddell, 2006). Estes dispositivos criam “categorias marginalizadas” (Rosamond e Moore, 2008), formas de “vida nua” (Agamben, 1995), ou de “vida não segura” (Duffield, 2007), que, por sua vez, legitimam uma intervenção desenvolvimentalista que se pretende desvinculada do político, (entendendo este na sua associação aos direitos individuais de cidadania).

Se outra das críticas feitas à SH incide no individualismo e universalismo liberal em que esta assenta (como aliás a perspectiva dos Direitos Humanos - cf. Flores, 2006), as formas de exclusão que estas políticas têm criado, constituem-se não só pela negação de direitos das pessoas e das comunidades, que vão muito para além dos direitos individuais da acepção liberal ocidental, mas também pela negação desses mesmos direitos individuais. Nas periferias do sistema internacional, da Europa e UE (União Europeia) e dentro das fronteiras das próprias democracias ocidentais, a SH contribui para criar e reforçar estas formas de exclusão extrema.

Uma vez que, apesar das críticas e promessas não cumpridas, esta concepção de SH parece estar ainda de “boa saúde”, o que podemos fazer para que a segurança seja efectivamente mais humana e mais global? Como investigadora de ciências sociais e como profissional de saúde, posso apenas dizer que podemos ainda e sempre ser críticos. E sermos críticos implica perceber que a segurança humana não existe abstracta nem separadamente da realidade político-social em que se inscreve mas é construída, alimentada e ou contestada na interacção social pelos intervenientes neste processo, incluindo os indivíduos, objectos referentes da SH

Estudos sobre  
a P@X

(Rosamond e Moore, (2008 ). Por isto mesmo, vale a pena sermos críticos (Smith, 2002) e fazermos um esforço para analisar o modo como, apesar de toda a sua retórica aparentemente benigna, como parte dum “Império” que se nega a si mesmo (Chandler, 2006) a noção dominante de SH pode excluir e criar vidas cada vez menos seguras. E perguntámo-nos, como sugere Waddell (2006), sobre que segurança estamos a falar: da segurança de quem, a que custos, em relação a que ameaças, de que modo e a que prazo?

#### Eunice Castro Seixas

Doutoranda do Programa do CES/FEUC, “Pós-Colonialismo e Cidadania Global”. Os seus interesses de investigação centram-se sobre a ajuda humanitária/ao desenvolvimento nas periferias do sistema internacional.

#### Referências:

- Agamben, Giorgio (1995/1997), *Homo Sacer: le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Seuil, trad. Marilène Raiola.
- Bergman Rosamond, A. and Moore, T. (2008), "Middle Powers, Securitisation and Gendering of Foreign Policy" Paper, ISA's 49th Annual Convention, *Bridging Multiple Divides*, [http://www.allacademic.com/meta/p252199\\_in\\_dex.html](http://www.allacademic.com/meta/p252199_in_dex.html).
- Chandler, David (2006), *Empire in Denial: The Politics of State-Building*. London: Pluto Press.
- Duffield, Mark. (2007), *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press.
- Duffield, Mark (2004), “Carry on killing: Global governance, humanitarianism and terror”, in *Regional Histories of Security and Violence*. DIIS, Copenhagen Press.
- Duffield, Mark; Waddell, Nicholas (2006), “Securing Humans in a dangerous world”, *International Politics*, 43(1), 1-23.
- Flores, Joaquín Herrera (2006), “Colonialismo y violencia. Bases para una reflexión pos-colonial desde los derechos humanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, 21-40.
- Kaldor, Mary (2001), *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. New edition with new foreword, Polity Press/Stanford University Press.
- Oberleitner, Gerd (2005), “Human Security: A Challenge to International Law?”, *Global Governance*, 11,185-203.
- Paris, Roland (2001), “Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?”, *International Security*, Vol. 26(2), [http://mitpress.mit.edu/journals/pdf/isec\\_26\\_02\\_87\\_0.pdf](http://mitpress.mit.edu/journals/pdf/isec_26_02_87_0.pdf).
- Prezelj, Iztok (2008), Challenges in Conceptualizing and Providing Human Security. *HUMSEC Journal*, 2 [www.humsec.eu/cms/fileadmin/user\\_upload/humsec/Journal/Prezelj.pdf](http://www.humsec.eu/cms/fileadmin/user_upload/humsec/Journal/Prezelj.pdf).
- Waddell, Nicholas (2006), “Ties that bind: DfID and the emerging security and development agenda”, *Conflict, Security & Development* 6(4), 531-55.
- Waeber, Ole (2004), “Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New 'Schools', in Security Theory and their Origins between Core and Periphery”, *International Studies Association*, Montreal, 17-20 de Março.
- Smith, Steve (2002), “The concept of Security in a Globalizing World”, *37th University of Otago Foreign Policy School* .
- UNDP (1994), Human Development Report, Novalorque: United Nations Development Programme/ Oxford University Press, <http://hdr.undp.org/reports/global/1994/en/>.

Estudos sobre  
a P@X

## Guiné-Bissau: é suficiente reformar a segurança?

As eleições recentes na Guiné-Bissau foram consideradas um sucesso, um exemplo para outros países, pela forma pacífica como decorreram. No entanto, aos festejos do partido vencedor, sucedeu-se uma noite de acontecimentos inquietantes para populações que viveram recentemente uma guerra e golpes de Estado[1].

Apesar das muitas incertezas sobre os reais acontecimentos da madrugada de 23 de Novembro, não restam dúvidas quanto aos seus efeitos sociais, o medo, a descrença, a revolta, provocadas por um sinal enviado que parece advertir: “não tenham esperança, nada vai mudar”. Se a população da Guiné-Bissau quisesse a guerra, não faltariam motivos de rebelião ou revolta: com funcionários públicos há cinco meses sem salário é de estranhar que não exista uma única revolta ou protesto violentos. Em qualquer outra parte do mundo, com certeza a situação não seria tão pacífica. Mas os guineenses já não esperam nada ou muito pouca coisa dos seus governantes e dos seus militares. Sabem que a guerra também não resolve o impasse a que o país sobrevive desde 1998. Com maior ou menor credibilidade, as ameaças de instabilidade impedem a concretização de outros projectos que não sejam a manipulação do poder e dos seus ganhos paralelos.

À primeira vista estes acontecimentos vêm reforçar as certezas da comunidade internacional na Guiné-Bissau quanto à necessidade de dar prioridade à Reforma do Sector de Defesa e Segurança, incluindo-a como meio de luta contra o tráfico internacional de droga. Tem-se vincado a ideia da responsabilidade de reconstruir[2] mas é necessário questionar as formas de implementação que esta responsabilidade assume.

A centralidade desta reforma deve-se ao peso dos militares na história da Guiné-Bissau independente. Desde a aura de autoridade e legitimidade conferida aos ex-combatentes pela independência, os militares assumem assim uma importância fulcral para o entendimento das evoluções políticas e económicas do país. Segundo Koudawo (2001: 210), depois da guerra de 98, existiria uma dupla dívida aos militares (depois da luta

pela independência), no entanto não fica claro como separar a noção de dívida histórica da noção de chantagem pela história. Desde a independência os militares mantiveram um peso, considerado excessivo, na condução das políticas do Estado, mais pela ameaça permanente do que pela afirmação de outra agenda, peso acentuado a partir do golpe militar de 1980. Certo é que, a partir desse momento, as tensões dentro do poder militar como político foram marcando determinantemente o rumo dos cenários de estabilidade e instabilidade no país, tensões acentuadas pela manipulação política de rivalidades entre grupos, nomeadamente de cariz étnico.

Com um aparelho de Estado em decadência e face à falta de formação e profissionalização das forças de segurança, o rácio de militares por 1000 habitantes revela-se bastante superior ao da sub-região – 2.73 e 1.23 respectivamente – e a sua pirâmide invertida – 41,9% dos militares são oficiais (PBC, 2008: 2). Acresce a esta medida desproporcionada, a cada vez pior imagem social e o sentimento de desconfiança quase generalizado da população face aos militares, que a associação ao tráfico de droga veio piorar. Apesar disso, a instituição militar pode ainda exercer alguma atracção sobre os jovens, sobretudo rurais, garantido, mais do que um salário, muitas vezes, uma refeição (mesmo que pobre), alojamento e também estatuto e autoridade.

Na realidade, após o conflito de 1998-99, perdeu-se uma oportunidade de desmobilização efectiva mas também de garantir um programa que criasse oportunidades de emprego intensivo, tendo sido levado a cabo um programa de desmobilização[3] baseado na atribuição de pequenos subsídios para formação ou criação de pequeno negócio na área comercial ou agrícola, sobretudo, com resultados pouco brilhantes em termos de reintegração[4] já que esta exigiria uma estratégia de desenvolvimento nacional. É de salientar, porém, que dada a estrutura da pirâmide se torna mais difícil a reforma, uma vez que os oficiais não se contentam com qualquer subsídio ou reconversão profissional, visto terem outros benefícios garantidos, bem como estatuto e autoridade.

Estudos sobre  
a P@X

O programa não teve, além disso, componente de desarmamento, o que pode vir a revelar-se preocupante devido à dispersão destas armas para uso criminal.

Se a necessidade de uma reforma do sector segurança e defesa[5] é consensual, no âmbito nacional como internacional, as divergências começam quando se reflecte sobre, por um lado, a capacidade e possibilidade de realizá-la, por outro, sobre a vontade política real de alguns grupos de levá-la a cabo. Se alguns acreditam ser possível concretizá-la, mas apenas se houver recursos suficientes para isso, outros questionam a possibilidade desta vir a ter consequências profundas, visto que dificilmente atrairá algumas das lideranças militares ou oferecerá alternativa para os recursos que algumas chefias conseguem através da corrupção e do crescente tráfico de droga.

A capacidade das autoridades locais levarem a cabo esta reforma com o apoio internacional, nomeadamente da Missão da União Europeia, já iniciada, depende, porém, de factores que vão para além da habilidade operacional, e que se prendem com os fundamentos e os princípios que presidem a uma actuação de “consolidação da paz”. Há, pelo menos, quatro factores que podemos identificar. Primeiro, a capacidade de aliar à reforma, a memória do passado e a justiça e a forma como a impunidade pode afectar a normalização da violência no tecido social. Em segundo lugar, a crescente despolitização das análises e intervenções pós-conflito, veiculada pela assumpção que vê os militares como a única fonte de instabilidade e insegurança e um problema que pode ser resolvido com esforços técnicos e capacitação. Sem analisar a questão da legitimidade do poder, as redes informais que determinam a direcção da governação e da desgovernação nunca se alterarão as políticas do Estado ou as estruturas de poder. Em terceiro lugar, sendo a principal preocupação da comunidade internacional garantir primeiro a sua própria segurança, face aos fluxos de pessoas e de droga, pode significar que fica fora da preocupação a segurança daqueles e daquelas que não se movem, a segurança da população

guineense. Esta não é apenas ameaçada por eventuais revoltas militares mas também pelos efeitos de *spill over* interno provocados pelas economias ilícitas e a falta de alternativas, que podem passar pela disseminação e legitimação da violência e das actividades ilegais ao nível social.

Este último factor é particularmente relevante uma vez que leva a questionar: reforma-se então a segurança “de quem”?

Na Guiné-Bissau a sobrevivência é questionada cada dia, a economia informal é quase o único garante da mesma e a emigração a única forma de escapar à deterioração das condições de vida, ao aumento da vulnerabilidade a choques externos, ao não pagamento de salários, à diminuição do emprego formal, dos recursos e estatuto a ele associados, à dependência das remessas de emigrantes[6] e redes sociais de apoio, e à ausência de políticas públicas ou estratégias de desenvolvimento, incluindo emprego e justiça, a longo prazo. Se a esta receita juntarmos a permanente desconfiança dos cidadãos perante autoridades de vários tipos e ainda a impunidade, o resultado é, e tem sido, a prevalência de estratégias de sobrevivência privadas e comunitárias, por contraponto ao Estado ou em interconexão com ele, quer ao nível económico (economia informal e paralela), quer ao nível da justiça e segurança (justiça “tradicional”, magia ou milícias de bairro).

Podemos, então, questionar, quais os resultados a que as novas formas de fuga e de sobrevivência podem induzir. A introdução do tráfico internacional de cocaína pode levar ao aumento das desigualdades e à elevação dos standards de consumo e à criação de um mercado interno, ainda que pequeno, através de drogas de mais fácil acesso e mais destrutivas. Como consequências possíveis pode assistir-se a uma normalização e aceitação social do tráfico e da violência associada, como forma de sobrevivência, como acontecia antes com o exército, ou com a função pública e, ainda, a um provável aumento da criminalidade e violência social.

Que tipo de desafios este cenário coloca a uma reforma do sector de segurança e defesa?

Estudos sobre  
a P@X

O primeiro desafio está relacionado com as expectativas associadas à reforma. Não se pode esperar que esta resolva todos os problemas do país. A reforma não funciona sem condições económicas e sociais que a sustentem e isso passa pelo apoio político real mas também por mudanças de curto prazo na governação pública que permitam o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida. A mudança institucional e burocrática não trará por si só mudanças nas estruturas de poder.

O segundo desafio, consiste em olhar para além dos militares, ensaiando uma abordagem que abranja toda a comunidade/sociedade. Isto porque o risco de enviar uma má mensagem – a de que beneficia de apoios quem recorre à violência – e não ser capaz de evitar transferência da violência para outros níveis e actores é demasiado sério para não ser tido em conta. É necessário pensar nos benefícios para toda a comunidade/sociedade e não só para os que recorrem a violência. É preciso, particularmente, olhar para os jovens, não como grupo específico e à parte, mas como parte integrante da sociedade, sem oportunidades nem capacidade de alterar os tipos de governação levados a cabo até agora

Por último, é preciso olhar melhor para os militares e as forças de segurança, em geral. É necessário conhecer melhor, na sua diversidade, as motivações, as expectativas e a caracterização dos mesmos, nomeadamente, incluindo uma dimensão de género e de análise das funções económicas, sociais e simbólicas associadas ao desempenho destas forças. Sabemos que não é com projectos de micro-crédito que se resolve problema da auto-estima, da autoridade e do exercício do poder atribuído pelo estatuto. Precisamos saber até que ponto o exercício arbitrário da violência provém de comportamentos violentos aprovados pela sociedade em outros contextos, como o espaço privado.

Por tudo isto, a ideia de uma intervenção sequencial em que a reforma do sector da segurança é a condição *sine qua non* para tudo o resto – leia-se, desenvolvimento – se mostra cada vez mais ultrapassada e

hipoteca o potencial de uma abordagem complexa e multidimensional das causas fundamentais da insegurança.

*Sílvia Roque, NEP/CES*

[1] Assalto armado à casa do Presidente Nino Vieira com motivações e causas ainda por esclarecer.

[2] ISIS Europe <http://www.isis-europe.org/>

[3] Liderado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

[4] Ver Rapport Final de la Mission de Suivi, Evaluation et Orientation du Programme de Démobilisation, Réinsertion et Réintégration des Ex-combattants (PDRRI), Dezembro, 2004.

Estudos sobre  
a P@X

## No sótão do NEP

## PublicaçõesNEP

**Freire, Maria Raquel; Cravo, Teresa; Leitão, Augusto R.; Mendes, Carmen** (2008), "Председательство Португалии в Европейском союзе: шаг вперед или отражение тупика? (A Presidência Portuguesa da União Europeia: Um Passo em Frente ou o Reflexo de um Impasse?)", *Европа (Europa)*, 8, 1(26), 7-34.

**Freire, Maria Raquel; Mendes, Carmen** (2008), "A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento geopolítico sino-russo na Ásia Central", *Geopolítica*, 1, 2, 207-235.

**Freire, Maria Raquel; Simão, Licínia** (2008), "Política Europeia de Vizinhança para o Cáucaso do Sul: Interesses Competitivos e Oportunidades de Cooperação", *Nação e Defesa*, 119, 141-166.

**Freire, Maria Raquel** (2008), "The European Security and Defence Policy: History, Structures and Capabilities", in Michael Merlingen and Rasa Ostrauskaite (org.), *The European Security and Defence Policy: An Implementation Perspective*. London: Routledge.

**Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte** (2008) "Reconceptualizar a paz e a violência: uma análise crítica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, 13-29.

**Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte; Nascimento, Daniela** (2008), "The Securitization of Environmental Policies: Grasping the Nexus? The Darfur Case", *The Bologna Center Journal of International Affairs*, Special Issue on the Environment, 93-105.

**Lopes, Paula Duarte** (2008), "Water With Borders: the Institutional Postponement of International Water Trade", in International Studies Association (org.): ISA.

**Lopes, Paula Duarte; Freire, Maria Raquel** (2008), "Rethinking Peace and Violence", in World International Studies Consortium (org.): WISC-ISA.

**Nascimento, Daniela**, recensão dos livros *Conflict Prevention in Practice: Essays in Honour of Jim Sutterlin* (B. G. Ramcharan) e *International Peacekeeping: The Yearbook of International Peace Operations* (Harvey Langholtz, Boris Kondoch and Alan Wells), *Journal of Intervention and Statebuilding*, Vol.2, Issue 2, Junho 2008.

**Núcleo de Estudos para a Paz** (2008), *Mulheres e Violências. A invisibilidade feminina em contexto de violência armada*, Lisboa: Instituto Marquês Valle Flor

**Moura, Tatiana; Roque, Sílvia; Santos, Rita** (2008), "SCR 1325 National Plans: some perspectives", *Women At Work, Preventing Gun Violence*, 16.

**Pureza, José Manuel** (2008), "O que os jovens sabem e não sabem sobre direitos humanos", in Cunha, T. E Silvestre, S. (orgs.), *Somos diferentes, somos iguais. Diversidade, Cidadania e Educação*. Granja do Ulmeiro, AJP.

**Santos, Rita** (2008), *Um espelho embaciado. Mulheres e violências na imprensa diária portuguesa e brasileira*, Lisboa: Instituto Marquês Valle Flor.

**JUNHO**

**Katia Cardoso** apresentou a comunicação "**Violência grupal urbana em Cabo Verde: um exemplo de globalismo localizado?**", Workshop Pré-colóquio. Caminhos de futuro. Novos mapas das Ciências Sociais e Humanas, Centro de Estudos Sociais, 18 de Junho de 2008.

**JULHO**

**NEP/CES e CESeC** (Rio de Janeiro, Brasil) realizaram o **II módulo do curso de Promotoras Legais Populares para familiares de vítimas de violência armada**, Rio de Janeiro, Julho a Setembro de 2008.

**Sílvia Roque** apresentou a comunicação "**La medición de la seguridad humana. El caso de Guinea-Bissau**", seminário "Seguridad Humana: Fundamentos Teóricos y Aplicaciones", Bilbao, 30 de Junho a 1 de Julho de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação "**Democracia limitada y paz liberal: anotaciones sobre el 'totus orbis' en tiempo de globalización liberal**", VII Encuentro Salamanca "La calidad de la democracia: las democracias del siglo XXI", Fundación Sistema, Salamanca, 4 de Julho de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação "**Human security: new news, old news, good news?**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 7 de Julho de 2008.

**Maria Raquel Freire e Paula Lopes** apresentaram a comunicação "**Rethinking Peace and Violence**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 7 de Julho de 2008.

**José Manuel Pureza, Sílvia Roque e Rita Santos**, juntamente com os parceiros da FRIDE e o consultor David Sogge, organizaram a reunião de apresentação de conclusões pré-finais do projecto "**A Cooperação Portuguesa e o Reforço da Segurança Humana em Estados Institucionalmente frágeis**", dirigida aos funcionários do IPAD e de outros ministérios, Fundação Cidade de Lisboa, Lisboa, 8 de Julho de 2008.

**Tatiana Moura** apresentou a comunicação "**(In)visibilities of armed violence. The case of Rio de Janeiro**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

**Rita Santos** apresentou a comunicação "**Surviving violence in Rio de Janeiro. The case of the relatives of victims of armed violence**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

**Sílvia Roque** apresentou a comunicação "**Trajectories of violence in El Salvador**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

**Katia Cardoso** apresentou a comunicação "**Urban violence: the case of Cape Verde**", no EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

**Rita Santos** participou na **Terceira Reunião Bienal de Estados sobre a aplicação do programa de acção das Nações Unidas sobre armas ligeiras e de pequeno calibre ilícitas** enquanto membro da rede IANSA, Nova Iorque, 14-18 de Julho de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação “**Global liberal peace and local autonomy of decision. The case of East Timor**”, Conferência Global da International Peace Research Association, Leuven, 18 de Julho de 2008.

**Daniela Nascimento** apresentou a comunicação “**The denial of economic and social rights as a cause of conflict in divided societies**”, Second Global International Studies Conference, Ljubljana, 26 de Julho de 2008.

**Daniela Nascimento** apresentou a comunicação “**Humanitarianism and the ‘war on terrorism’: dilemmas and opportunities**”, Second Global International Studies Conference, Ljubljana, 23 de Julho de 2008.

**Maria Raquel Freire e Carmen Mendes** apresentaram a comunicação “**Realpolitik dynamics and image construction in the Russia-China relationship: forging a strategic partnership?**”, Second Global International Studies Conference, World International Studies Committee (WISC), Ljubljana, Eslovénia, 23-26 de Julho de 2008.

**Maria Raquel Freire e Paula Lopes** apresentaram a comunicação “**Rethinking Peace and Violence**”, Second Global International Studies Conference, World International Studies Committee (WISC), Ljubljana, Eslovénia, 23-26 de Julho de 2008.

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação “**The EU-Russia Partnership**”, Second Global International Studies Conference, World International Studies Committee (WISC), Ljubljana, Eslovénia, 23-26 de Julho de 2008.

## **AGOSTO**

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação “**Russian Politics towards Central Asia: Supporting, Balancing, Coercing or Imposing?**”, Central Eurasian Studies Society Regional Conference (CESS), Issyk-Kul, Quirguistão, 4-7 de Agosto de 2008.

O documentário “**Uma mãe como eu**”, produto da parceria entre o **NEP/CES**, o **Instituto Marques de Valle Flor** (Lisboa) e o **Cinema Nosso** (Rio de Janeiro), foi distinguido com prémio “Curta o Curta” no Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, São Paulo, 22 de Agosto de 2008.

**Daniela Nascimento** apresentou a comunicação “**Understanding conflict beyond ethnicity and religion: the denial of economic and social rights as a cause of conflict in Sudan**”, Graduate Conference, European Consortium for Political Research (ECPR), Barcelona, 26 de Agosto de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação “**Las operaciones de paz de segunda generacion y el proyecto de paz liberal: los casos de Mozambique y Timor-Leste**”, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Buenos Aires, 28 de Agosto de 2008.



**SETEMBRO**

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação "**Somewhere under the rainbow: human security, public security and liberal peace**", Seminário Internacional "Segurança e Insegurança em Debate", Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2 de Setembro de 2008.

**Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes** apresentaram a comunicação "**Peacekeeping Missions: Keeping What Peace?**", Seminário Internacional "Segurança e Insegurança em Debate", Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2-4 de Setembro de 2008.

**Tatiana Moura** apresentou a comunicação "**Inseguranças da guerra e da paz: continuuuns, espirais e identidades**", Seminário Internacional "Segurança e Insegurança em debate", Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2-4 de Setembro de 2008.

**Paula Duarte Lopes** apresentou a comunicação "**Água e violência**", Seminário Internacional "Os conflitos internacionais em suas múltiplas dimensões", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 8-11 de Setembro de 2008.

**Tatiana Moura** apresentou a comunicação "**Regimes de Não Proliferação de Armas e o Dilema da Segurança**", Seminário Internacional "Os conflitos internacionais em suas múltiplas dimensões", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 8-11 de Setembro de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação "**Segurança humana, segurança pública e paz liberal**", painel "Conexões: segurança pública e segurança internacional", Seminário Internacional "Os conflitos internacionais em suas múltiplas dimensões", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 9 de Setembro de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação "**A turbulência das zonas de fronteira: estereótipos, representações e violências reais**", Seminário Internacional "Representações da Violência", Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 19 de Setembro de 2008.

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação "**As políticas russas para o Médio Oriente**", IDN-Grupo de Estudos do Médio Oriente, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 25 de Setembro de 2008.

**OUTUBRO**

**Maria Raquel Freire e Licínia Simão** apresentaram a comunicação "**Post-Soviet Transition in the South Caucasus: One Step Forward, Two Steps Back**", "Lisbon Research Seminar South European Democracies: Legacies of the Past and International Constraints", Lisboa, 16-18 de Outubro de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação "**Sentido e importância dos direitos humanos no nosso tempo**", II Jornadas de Direito e Cidadania, Assembleia Legislativa de Macau, Macau, 20 de Outubro de 2008.

O **NEP/CES** organizou o Seminário Internacional "**Violência e Armas Ligeiras: Um Retrato Português**", Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 30 e 31 de Outubro de 2008.

**Tatiana Moura** apresentou o Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA), Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 31 de Outubro de 2008.

## NOVEMBRO

**Sílvia Roque** participou no encontro “**ISIS European Security Contact Group Meeting Guinea-Bissau: Responsibility to Rebuild**” com uma intervenção sobre a Reforma do Sector da Segurança na Guiné-Bissau, Bruxelas, 4 de Novembro de 2008.

**Teresa Cravo** participou na **Missão Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** à Guiné-Bissau como observadora, por ocasião das eleições legislativas no país, Bissau, 9 - 22 de Novembro de 2008.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação “**Refugiados: protecção internacional e segurança**”, VIII Congresso do Conselho Português para os Refugiados, Lisboa, 26 de Novembro.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação “**A cegueira cívica: direitos humanos e segurança no início do século XXI**”, colóquio Internacional “Desafios aos direitos humanos e à justiça global”, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 27 de Novembro de 2008.

**Sílvia Roque** coordenou o curso de formação “**Jovens e Violência: Factores e Respostas**”, INEP, Bissau, 29 e 30 de Novembro de 2008.

## DEZEMBRO

**Sílvia Roque** e **Katia Cardoso** apresentaram a comunicação “**Por que razões os jovens se mobilizam... ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia**”, 12ª Assembleia Geral do CODESRIA, Yaoundé, Camarões, 7 a 11 de Dezembro de 2008.

**Sílvia Roque** leccionou a aula “**Reconstrução pós-bélica. O caso de Guiné-Bissau**” no Curso de Estado Maior Conjunto no Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 16 de Dezembro de 2008.

## PROJECTOS NEP

### DEZEMBRO

Conclusão do projecto A cooperação portuguesa e o reforço da segurança humana em Estados institucionalmente frágeis, financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.